



ESCOLAS APRISIONADAS EM UMA DEMOCRACIA APRISIONADA: ANOTAÇÕES PARA UMA RESISTÊNCIA PROPOSITIVA

Luiz Carlos de Freitas¹

Resumo

Este ensaio procura problematizar o período de resistência que se abre com a eleição de Bolsonaro para a presidência da república, procurando caracterizar as filosofias sociais que lhe dão suporte e a partir do posicionamento destas no cenário mundial, valendo-se da contribuição de autores como I. Wallerstein, estudioso dos sistemas mundo, tirar consequências práticas para uma resistência propositiva. O texto aponta também para consequências na política educacional.

Palavras-chaves: Filosofias sociais. Governo Bolsonaro. Resistência. Política educacional.

Quanto à vida num redemoinho, eu tenho dito basicamente duas coisas. A primeira, que é preciso saber para que ponto da costa se quer nadar. E a segunda, certificar-se de que os esforços apontam nesta direção. Se a gente quiser maior precisão não vai encontrá-la, e acabará por afundar enquanto a procura.

I. Wallerstein, 1995

Há um tempo para avançar e há um tempo para resistir, tentando manter os avanços conquistados. Estes tempos se embaralham na dependência das lutas tanto gerais como locais. Nada disso é estranho para quem está nos fronts de luta, especialmente para os movimentos sociais. Isso não deve ser confundido, é claro, com imobilismo.

O presente período de resistência que se abre em nosso país tem características que o tornam motivo de preocupação e estudos específicos que revelem suas características próprias. Enquanto eles não chegam, é preciso arriscar entendimentos. Isso é necessário para que questionemos nossas estratégias e táticas de luta com vistas a uma resistência propositiva. Neste sentido, a resistência deve se converter, ao final, em um caminho para novo avanço e isso é, em última instância, o que deve motivar a resistência. Mas que direção deve tomar a resistência para apontar tal avanço? Qual é a pauta progressista?

Assistimos, surpresos, os processos de desgaste da democracia liberal e da própria política. Afinal, o que significa o liberalismo ter se voltado contra a própria democracia



liberal patrocinando golpes, praticando “lawfare” no judiciário, associando-se ao conservadorismo reacionário para voltar ao poder? Seria sinal de autoconfiança do liberalismo, motivado pelo fracasso do socialismo real? Ou seria presciência de seu próprio esgotamento?

Giroux (2017, p. 1) descreve este cenário preocupante que nos abala e ao mesmo tempo nos motiva a resistir, mostrando que ele não é específico do Brasil:

No meio de um enorme ataque global ao estado do bem-estar social e às cláusulas sociais, alimentadas por políticas neoliberais, o contrato social central das democracias liberais foi destruído e com ele também qualquer noção viável de solidariedade, justiça econômica e bem comum. O progresso foi transformado em seu oposto e registra mais desigualdades, sofrimentos e violência. A antiga linguagem dos direitos coletivos deu lugar ao discurso dos direitos individuais, e o vocabulário da colaboração e solidariedade foi deslocado pelo discurso do individualismo radical e o ethos áspero da sobrevivência do mais forte. A “liberdade” se transformou em sinônimo de interesse próprio desenfreado e em racional para abdicar de qualquer senso de responsabilidade moral e política.

Não é difícil perceber que este cenário, desenvolvido na vigência e hegemonia do liberalismo, contraria o que sempre apontou esta filosofia social. Como afirma Wallerstein:

[...] os liberais sempre asseveraram que o Estado liberal – reformista, legalista e um tanto libertário – era o único que podia garantir a liberdade. (...) Os liberais sempre afirmaram que só um Estado liberal poderia assegurar uma ordem não baseada na repressão. A direita criticava dizendo que o Estado liberal, não querendo parecer repressivo, permitia e de fato encorajava a desordem. (WALLERSTEIN, 2002, p. 10).

A crise do liberalismo descrita por Giroux envolve também a crise da democracia liberal representativa (admitida também por CASTELLS, 2018). Isso nos coloca novas questões: se a democracia liberal foi traída, devemos almejar apenas a sua restauração? Ou devemos radicalizar e avançar para outro tipo de democracia que a supere? Ou ainda, as duas coisas?

Agnes Heller, por exemplo, em recente entrevista, afirma que: “[...] o desenvolvimento da história europeia atingiu sua última fase com a democracia liberal. Não se pode ir mais longe. Podemos somente melhorá-la [...]”. (HALIFA-LEGRAND, 2018). No entanto, Wallerstein, estudioso dos “sistemas mundo”², entende que o que está em crise é o próprio liberalismo (incluindo suas influências no conservadorismo e no socialismo) e sua forma de governo, a democracia liberal, sendo prenúncio de instabilidades até que um novo projeto histórico seja delineado nas próximas décadas.

Como se vê, a presente crise brasileira, iniciada em 2013 (CHAUI, 2018), nos insere abruptamente na crise do sistema mundo contemporâneo, um verdadeiro redemoinho de perplexidades. Não seria esta a mensagem que a classe média tentou passar nas eleições de 2018? Não teria este momento a função de quebrar a letargia dos mornos

processos de transformação propostos pela social democracia brasileira, à margem, ela mesma, deste redemoinho mundial?

Longe de nossa intenção responder estas complexas questões. O presente texto é mera provocação para o debate e não pretende trazer ideias acabadas. Procura, antes, mapear alguns aspectos do presente, mobilizando alguns argumentos e hipóteses que nos ajudem a preencher o vácuo produzido pela retirada de cena da coalisão do Partido dos Trabalhadores, no interior da atual crise da democracia liberal brasileira.

Neste redemoinho, entender o inimigo (e não o subestimar) pode ser um bom começo. O termo usado foi “inimigo” porque há que distingui-lo de “adversário”. No primeiro caso, um inimigo é aquele que quer eliminá-lo por se contrapor a ele; no segundo caso, estamos no âmbito de um confronto entre pessoas que se respeitam mutuamente, apesar de discordarem – típico das democracias liberais.

No presente, sociais democratas e socialistas e, mais genericamente, os setores progressistas, são vistos como inimigos e não como adversários, o que impõe, portanto, que pensemos nosso oponente através deste prisma. As atuais mortes de líderes do MST no campo são um exemplo desta realidade hostil e antidemocrática que nos cerca.

Mas quem são estes que nos declaram, agora, “inimigos”?

O ESGOTAMENTO DO LIBERALISMO E SUA TENTATIVA DE CONTRA-ATACAR

Descontadas as mutuas influências e combinações, temos, no fundo, três grandes filosofias sociais que foram exercitadas no decorrer dos séculos XIX e XX: o conservadorismo, o liberalismo e o socialismo. O histórico recente das lutas para afastar a coalisão do Partido dos Trabalhadores do poder revela que o conservadorismo e o liberalismo, do ponto de vista prático, se juntam contra o socialismo, mesmo quando pensado de forma embrionária, à moda socialdemocrata.

O desfecho da coalisão do Partido dos Trabalhadores no Brasil é um resultado desastroso principalmente para aqueles que acreditaram, na década de 90, que poderiam “recuperar” o socialismo real incorporando a ele uma maior dose de liberalismo, ou seja, propondo um “socialismo democrático” que na prática nunca passou de uma social democracia de esquerda. Aqui, mais liberalismo resultou em mais veneno para o próprio socialismo.

No outro extremo, o pós-modernismo (e suas vertentes), prescientes do esgotamento das formas de exercitação propostas pelas filosofias sociais do século XIX, mergulhou-nos em um “niilismo”. Wallerstein (2002, p. 150) escreve:



Eu espero ter deixado bem claro que o pós-modernismo não é *pós-moderno* de modo algum. (...) Como conceito explicativo, o pós-modernismo é confuso. Como doutrina anunciatória, ele é presciente, sem dúvida, porque de fato estamos caminhando para um outro sistema histórico. O sistema internacional moderno está chegando ao fim. Mas serão precisos no mínimo mais cinquenta anos de crise terminal, ou seja, de “caos”, antes de que possamos ver surgir uma nova ordem social.

O projeto educacional progressista, no Brasil, durante as últimas décadas, ficou emparedado entre estas duas proposituras (a social democrata e a pós-moderna). Ambas se esgotaram e não têm condições de liderar uma resistência propositiva. Pela primeira, seríamos reduzidos à defesa da velha democracia liberal já cambaleante; pela segunda, teríamos uma resistência niilista, portanto, sem projeto histórico, já que para os últimos as metas narrativas não têm utilidade.

A coalisão que foi vitoriosa nas eleições de 2018, liderada por Bolsonaro, é novamente uma combinação de duas filosofias sociais: conservadorismo e liberalismo. Conservadores podem ser autoritários quanto à forma de governo, mas os liberais têm se caracterizado, em tese, pela defesa da democracia liberal.

A surpresa é que nesta nova fase que se abre com Bolsonaro, os liberais também se apresentam com uma face autoritária. Temos, agora, uma coalisão de conservadores e liberais que se unem em uma forma autoritária de governar – tendo como ponto de origem o golpe contra uma presidenta eleita concretizado em 2016.

Isso torna o governo Bolsonaro uma configuração com pelo menos três núcleos: um núcleo conservador (onde figura o próprio Bolsonaro); um núcleo liberal (onde figura Paulo Guedes) e um terceiro núcleo que se superpõe aos dois anteriores, responsável pela implementação do autoritarismo social (onde figuram Moro e Mourão). As políticas públicas da atual fase serão marcadas, portanto, por estes núcleos de poder e suas múltiplas relações. Sem subestimar o poder dos conservadores, corro o risco de dizer que os dois últimos serão os determinantes e não o primeiro – e isso tem consequências para a montagem da resistência.

A primeira contradição na montagem do governo que se pode detectar é o clássico confronto de teses entre conservadorismo e liberalismo. Como aponta Wallerstein (2002, p. 81), “[...] ao longo do século XIX surgiram três grandes ideologias políticas: o conservadorismo, o liberalismo e o socialismo. Desde então, elas (adotando aparências sempre diferentes) têm estado constantemente em luta entre si.”

Mas é outra contradição a que merece atenção: a aparente contradição entre liberalismo e autoritarismo. O liberalismo se escondeu na democracia liberal representativa para passar seu projeto histórico capitalista – onde de fato residem as contradições principais. Como pode, agora, acolher o autoritarismo social? Como fica a relação entre



“liberais democráticos” *versus* “liberais autoritários”³ – depois que o problema prático de assegurar o poder está resolvido?

A questão é relevante porque como já indicamos, o liberalismo sempre asseverou que ele era a única forma para garantir a liberdade sem repressão. (WALLERSTEIN, 2002, p. 10).

Uma provável razão para o “endurecimento” do liberalismo talvez possa ser encontrada nas teses de Wallerstein (2002). O autor, escrevendo a propósito do esgotamento do leste europeu no ano de 1989, texto que publica originalmente em 1995, apresenta um entendimento bastante original daqueles acontecimentos. Diz:

A destruição do Muro de Berlim e a posterior dissolução da URSS foram comemoradas como sinais da queda dos comunismos e do colapso do marxismo-leninismo como força ideológica no mundo moderno. Isto corresponde à verdade, sem dúvida. Esses acontecimentos também foram comemorados como prova do triunfo final do liberalismo como ideologia. Neste caso, estamos diante de uma interpretação absolutamente equivocada da realidade. Muito pelo contrário, aqueles acontecimentos assinalaram *ainda mais* o colapso do liberalismo e nosso ingresso definitivo no mundo de “após o liberalismo”. (WALLERSTEIN, 2002, p. 9).

Para o autor, o ano de 1989 marca o final de uma era político-cultural iniciada em 1789. A segunda tese do autor, sobre o esgotamento do liberalismo, é a que mais nos interessa aqui. Para ele, há uma contradição inerente na ideologia liberal e que não tem como ser resolvida. É a contradição entre a proclamação de que os seres humanos gozam dos mesmos direitos, por um lado, e por outro, a existência de uma prática em que os resultados alcançados pela economia internacional capitalista atestam a produção da desigualdade e da exclusão social, colocando o liberalismo em uma crise de legitimidade. Para ele:

A crise é total, e o dilema é total. Experimentaremos as suas consequências no próximo meio século. Seja como for que resolvamos coletivamente esta crise, seja qual for o novo sistema histórico que construamos, melhor ou pior, quer tenhamos mais ou menos direitos humanos e dos povos, uma coisa é certa: não será um sistema baseado na ideologia liberal segundo a conhecemos há dois séculos. (WALLERSTEIN, 2002, p. 167).

O autor está falando de forma abrangente sobre a crise do liberalismo clássico e também do próprio liberalismo econômico radical, ou seja, do neoliberalismo e de suas formas de precarização do trabalho às quais ele é obrigado a recorrer como recurso para contrariar a queda nas taxas de acumulação de riqueza.

Desta maneira, é preciso que nos detenhamos no aparecimento desta variante neoliberal, exatamente a que agora está chegando ao Brasil de forma mais definida do que nos tempos de Fernando Henrique Cardoso, com falsas promessas de desenvolvimento social e econômico que não pode até agora assegurar por onde quer que tenha passado.



Esta variante vem sendo gestada desde a crise do liberalismo clássico no início do século passado (1920), como reação ao abandono de suas teses, tendo conquistado terreno a partir da crise do estado do bem-estar social que se seguiu a 1970. **O neoliberalismo é uma tentativa de reerguer o liberalismo clássico**, revendo até mesmo a adesão dos liberais à forma de governo por eles concretizada, ou seja, a própria democracia liberal representativa.

A construção do neoliberalismo iniciou-se muito antes da crise do estado do bem-estar social nos anos 70. O processo revolucionário que culminou na Rússia com a revolução de 1917 foi acompanhado atentamente pela Europa. A expectativa de Lenin era que a revolução na Rússia seria o estopim que levaria outros estados a avançar na mesma direção. A Europa, portanto, sempre foi presciente dos riscos da revolução russa para seus estados nacionais. (GAMBLE, 1988, p. 57).

A contraposição ao modelo econômico russo foi arquitetada pela escola austríaca de economia. **Ludwig von Mises reagirá à proposta de uma economia planificada feita pela revolução russa, enquanto os canhões ainda estão fumegantes no interior da guerra civil russa que se seguiu à tomada do poder em 1917 e que duraria os quatro anos seguintes.**

Não se pode perder de vista, portanto, que ao final do primeiro período do liberalismo clássico (1929) o evento mais importante ocorrido em plena queda deste (deixando de lado a própria primeira guerra mundial iniciada em 1914, ela mesma uma das causas da queda do liberalismo clássico) foi a revolução socialista de 1917 na Rússia. Há, portanto, uma motivação ideológica para o planejamento do retorno do liberalismo clássico, alimentada permanentemente pelo medo da revolução socialista russa e sua proposta de planificação da economia (medo estampado em cada página das publicações políticas de Ludwig von Mises em 1922 (MISES, 2009), em 1927 (MISES, 2010), e por Friedrich August von Hayek em 1944 (HAYEK, 2010).

Em 1927, Mises escrevia seu livro “Liberalismo”, em meio à crise do liberalismo clássico que se agravaria com a crise econômica de 1929, dando passagem ao período do estado do bem-estar social – para decepção de liberais clássicos como Mises. Ele escrevia, no prefácio para a edição inglesa do seu livro em 1962:

Quando há 35 anos, tentei oferecer um sumário das ideias e princípios daquela filosofia social, outrora conhecida sob o título de liberalismo, não me deixei levar pela vã esperança e que minha exposição fosse capaz de evitar as eminentes catástrofes em direção às quais as políticas adotadas pelas nações europeias se encontravam. Tudo o que pretendiam era oferecer a uma pequena minoria de pensadores a oportunidade de travar conhecimento sobre os objetivos do liberalismo clássico e suas conquistas e, portanto, pavimentar a estrada que nos levaria à ressurreição do espírito de liberdade, após a débâcle que se anunciava. (MISES, 2010, posição 313).



Mises prevendo complicações com o nazismo para a Áustria e com a segunda guerra mundial, mudou-se para os Estados Unidos em 1940 e fez uma longa carreira acadêmica naquele país. Na fase europeia, seu aluno mais brilhante foi Friedrich August von Hayek, que também deixou este país em direção à Inglaterra antes da segunda guerra mundial. Mises naturalizou-se na América; Hayek naturalizou-se na Inglaterra. Ambos trabalharam intensamente na montagem de um grupo internacional que se reunia nos Alpes Suíços com o nome de Mont Pélerin destinado a difundir suas teses. Hayek também esteve nos Estados Unidos onde tanto ele como Mises, tiveram seu salário pago pela Fundação Volker durante 10 anos. (MACLEAN, 2017, p. 39).

Inspirados nestes mestres da retomada de um liberalismo que voltaria como um neoliberalismo rejuvenescido e fiel à sua origem, livre das deturpações da socialdemocracia e do socialismo, dois discípulos iriam dar continuidade a ele: Milton Friedman e James Buchanan. O primeiro na Universidade de Chicago e o segundo na Universidade George Mason em Virgínia, este último financiado pelos irmãos Koch da indústria petroquímica americana⁴.

Friedman era mais técnico, no sentido de que entendia que a ciência deveria resguardar-se dos princípios morais. Buchanan era um braço político mais radical que via o Estado cercado por funcionários de má-fé destinados a corromper o liberalismo em troca de apoio popular. Ambos queriam, na tradição do liberalismo de Mises/Hayek, livrar-se do Estado.

Charles Koch preferia financiar Buchanan. Em carta, refere-se a Friedman como alguém que quer "[...] fazer o governo funcionar mais eficientemente quando o verdadeiro libertário deveria destruí-lo pela raiz." E continua: "Na verdade, eles tentam ajudar o governo a entregar melhores resultados, o que só pode prolongar a doença." (MACLEAN, 2017, p. 135).

Buchanan foi encarregado pelos Kochs de produzir uma agenda desta proposta econômica liberal radical que ficou sendo conhecida como neoliberalismo.

Como se vê, o esgotamento do primeiro ciclo liberal, o liberalismo clássico, tenta ser recuperado, agora de forma radical, num segundo ciclo. Os problemas econômicos que motivaram a queda do liberalismo clássico são atribuídos pelos refundadores deste novo liberalismo à deturpação de suas teses e à falta de investimento no aprofundamento destas e não aos problemas econômicos e sociais que elas geraram.

MacLean (2017) descreve como a lógica da agenda de James Buchanan⁵ estava baseada na proclamação de que "liberdade" pessoal e social é igual a "capitalismo sem restrições", sem interferência de governos que acabam comprometendo-se, por interesses nos votos, com "maiorias fracassadas" – leia-se, menos favorecidas socioeconomicamente.



É importante que se coloque no centro do entendimento desta proposta que, para estes neoliberais, a *liberdade social e pessoal* está fundada na *liberdade econômica*. Para ele, toda vez que a *democracia liberal falha* em garantir a liberdade econômica, permitindo que seja cerceado o “direito natural” de acumular privadamente, ela compromete a *liberdade social e pessoal*. E somente pode haver liberdade no seu sentido pleno, se houver liberdade econômica, livre mercado e garantia do direito de cada um, por seus méritos, acumular propriedade privada. Nesta concepção, é bom chamar a atenção para o fato de que a liberdade pessoal é vista como produto da liberdade econômica e, note-se, não da democracia que só é boa como forma de governo quando garante a acumulação privada. Em trabalho recentemente publicado (FREITAS, 2018), resumi como MacLean (2017) descreve a agenda política de Buchanan:

[...] uma das suas ideias centrais é que a redistribuição de renda através de impostos que obrigam alguns a financiar o bem comum ou a promover a justiça social para outros, não passa de uma tentativa de tomar pela força algo que tais “tomadores” não tem moral para exigir, ou seja, tomar o fruto do esforço pessoal daqueles que foram bem-sucedidos. Para ele, proteger o bem-estar é proteger o indivíduo destas formas de “gangsterismo” estatal legalmente autorizado, que retiram o fruto do seu trabalho a título de promover a justiça social (p. xxiii). Buchanan escreveu em 2005: uma pessoa que fracassa em guardar dinheiro para suas necessidades futuras “deve ser tratada como um membro inferior da espécie, similar (...) aos animais que são dependentes. (MacLean, 2017, p. 212).” (FREITAS, 2018, p. 19-20).

Depois de destruir a noção de “direitos sociais”, MacLean mostra como Buchanan destrói a própria premissa da representatividade que funda a democracia liberal:

Para Buchanan todo o mal começa quando os indivíduos, que isoladamente não têm poder, se juntam para formar movimentos para se fortalecerem numericamente e influenciar o governo, fazendo com que este ouça seus desejos e atue por eles. Tais movimentos incluem a organização dos trabalhadores e os movimentos de defesa dos direitos humanos. Ele pensa que toda vantagem que um grupo majoritário pode, devido ao seu número, impor a uma minoria não constitui persuasão, mas sim coerção sobre a minoria, uma violação da liberdade individual daqueles que honestamente pagam impostos. Contra isso, é preciso barrar a “corrupção governamental” que é feita por grupos organizados que pressionam e tornam os membros do governo receptivos a tais demandas (Idem, p. xxiv)”. (FREITAS, 2018, p. 20).

Buchanan ainda defende que as garantias para o livre mercado deveriam ser incluídas nas constituições nacionais de forma a se tornarem praticamente irrevogáveis – mesmo que por caminhos que pudessem significar uma ruptura com as teses da democracia liberal – afinal, o que está em jogo é a própria “liberdade pessoal e social” que precisa ser defendida a qualquer custo para deter a ideia de uma economia planejada (contrária ao livre mercado), de onde – dizem - advêm o “esquerdismo” e o “comunismo”. A ação do liberalismo econômico radical é, portanto, proativa, presciente de um risco futuro. Isso



explica sua narrativa belicosa permanente contra a “socialdemocracia”, o “esquerdismo” e o “comunismo” – mesmo que não estejam no horizonte imediato.

Refletindo sobre a derrota da social democracia inglesa e sua substituição pelo governo neoliberal de Thatcher na Inglaterra, Gamble (1988, p. 16) escreve:

Um objetivo central tem sido desacreditar o conceito socialdemocrata de direitos universais de cidadania, garantidos por meio de órgãos públicos, e substituí-lo por um conceito de direitos de cidadania alcançado por meio da propriedade e participação nos mercados. Desta forma, uma classe de cidadãos inferiores é criada, consistindo naqueles que, sendo incapazes de participar dos mercados, são forçados a permanecer dependentes do Estado. Tal dependência torna-se um estigma e permite desconsiderar as demandas desses grupos.

O esgotamento do liberalismo clássico, cujos pilares eram a representatividade, os direitos sociais que permitissem ao cidadão participar das decisões democraticamente e o respeito ao diferente, ao oponente, cede lugar a um liberalismo autoritário que se baseia na ausência do Estado da vida do cidadão e sua inserção em um livre mercado onde o mérito é o limite e o “anarquismo criador” é o método: um Estado mínimo quanto a sua interferência na *vida econômica* do cidadão, mas forte no tocante à proteção do livre mercado – vale dizer, *autoritário do ponto de vista político e ideológico*, ou como aponta Gamble (1988, p. 31): um mercado livre em um Estado forte:

Um estado pode ser considerado forte pelos meios de repressão que tem à sua disposição e sua disposição para usá-los. Mas a força mais durável depende de instituições e políticas de estado, incluindo o uso ocasional da força, sendo aceito como legítimo. O uso do poder coercitivo do estado é justificado quando ele é empregado para derrotar e conter aqueles interesses, organizações e indivíduos que ameaçam a sobrevivência do livre mercado, seja por desrespeitar suas regras ou resistir aos resultados que fluem das trocas de mercado.

E como aponta Nelson Barbosa (2018, p. 1):

[...] desde seu início com Friedman e Hayek, o neoliberalismo colocou a liberalização do mercado acima dos direitos civis. Nesse sentido, os pais do neoliberalismo apoiaram ditaduras como Pinochet no Chile, sob argumento de que o “bom funcionamento” da economia é mais importante do que a democracia.

Neste sentido, o liberalismo econômico radical conflita com o liberalismo clássico quanto ao respeito aos princípios fundamentais da democracia liberal representativa – presciente dos riscos de seu fracasso no âmbito desta, pois as pressões das massas, motivadas pelas contradições sociais e econômicas geradas pelo capitalismo, ao se tornarem insuportáveis em um regime democrático representativo, levam tais massas de insatisfeitos (cada vez maiores) a pressionar seus representantes a agir contra o livre mercado. Daí o fantasma que representava a revolução russa para o liberalismo europeu, o



qual será sempre lembrado pelos neoliberais como um risco potencial a ser previamente neutralizado.

A constatação de Nelson Barbosa, acima, também é suportada por Selwyn (2015). Segundo este autor, Hayek, mentor do neoliberalismo, visitou o Chile durante a ditadura militar de Pinochet e em carta ao The Times afirmou não ter conhecido nenhum chileno que houvesse dito que sob Pinochet havia menos liberdade do que sob Allende, o presidente deposto pelo sangrento golpe militar de Pinochet.



Para Hayek a democracia é um meio e não um fim. Ele separa o liberalismo da democracia. A democracia é desejável para o liberalismo, mas não é uma condição necessária. Selwyn (2015, p. 1) afirma que:

Hayek influenciou Margaret Thatcher e, através dela, muitos políticos e ideólogos do partido conservador contemporâneos, incluindo os que estavam à frente do atual partido conservador na Grã-Bretanha. Em outra carta ao The Times intitulada “os perigos para a liberdade pessoal”, ele endossou Thatcher reafirmando que o mercado é “indispensável para a liberdade individual”, enquanto que a urna “não é”.

Ele também esteve três vezes no Brasil no período de 1977 a 1981, durante a nossa ditadura militar, a convite da antiga revista Visão, editada por Henry Maksoud⁶, o qual também participava da sociedade de Hayek.⁷

Assim, os refundadores do liberalismo econômico apoiaram a ditadura chilena: Friedman assessorou o governo do Chile no combate à inflação, mas manteve uma postura mais distante, embora tenha sido criticado por isto publicamente, enquanto que Buchanan e Hayek – este último um entusiasta do regime chileno – e que deram apoio consistente à ditadura, saíram ilesos da crítica. (MACLEAN, 2017, p. 155-156). Buchanan ajudou a escrever a constituição chilena feita por Pinochet e a eternizar nela os princípios do livre mercado.

Para Bresser-Pereira, o surgimento deste segundo liberalismo econômico radical – os anos neoliberais do capitalismo – foi desenvolvido com o apoio de um conjunto de intelectuais liberais:

Grandes intelectuais liberais, como Friedrich Hayek, Karl Popper, Milton Friedman e James Buchanan, desempenharam um papel ideológico estratégico na conversão dos departamentos econômicos das principais universidades em modelos neoclássicos hipotético-dedutivos abstratos, cujo papel era legitimar o liberalismo econômico. (BRESSER-PEREIRA, 2017, p. 698).

As teses do neoliberalismo influenciaram tanto M. Thatcher na Inglaterra, como R. Reagan nos Estados Unidos, responsáveis pela onda neoliberal dos anos 80, na esteira dos problemas com o Estado do bem-estar social.

Bresser-Pereira considera que o neoliberalismo teria entrado em colapso com a crise financeira do ano 2008, reiterada pela crise política do Brexit em 2016 na Inglaterra,



complementada pela eleição de Donald Trump nos Estados Unidos. (BRESSER-PEREIRA, 2017, p. 701).

Se isto é real, então, o que está chegando ao Brasil é uma espécie de neoliberalismo tardio. Esta variante do liberalismo clássico, criado pelo pavor da economia planificada dos anos 20 do século passado, também não teria dado conta de prover desenvolvimento sustentado quando ocupou lugar privilegiado a partir dos anos 70.

Wallerstein (2002, p. 147), falando da queda do leste europeu em 1991, afirma que:

Esses povos, em desespero, aceitaram temporariamente os slogans da direita internacional revitalizada, a mitologia do “livre mercado” (um tipo de mercado, diga-se de passagem, que não existe sequer nos Estados Unidos ou na Europa Ocidental), mas essa miragem foi passageira. Já estamos vendo a reversão política na Lituânia, na Polônia, na Hungria e em tantos outros lugares.

Para Bresser-Pereira (2017, p. 701): “O regime de política neoliberal foi uma tentativa fracassada de retornar ao capitalismo liberal, que, entre o início do século XIX e 1929, também produziu crescimento lento, alta instabilidade financeira e profunda desigualdade.”

A crise do liberalismo abriu espaço para que a agenda dos conservadores assumisse maior protagonismo, mas igualmente permitiu também que os movimentos contestatórios se fortalecessem (WALLERSTEIN, 2017), tanto que no Brasil as esquerdas, mesmo sob a hegemonia social democrata, postergaram a pressão liberal-conservadora até 2014. No presente momento, vamos enfrentar o neoliberalismo (núcleo mais perigoso da coalisão de Bolsonaro) quando ele já experimentou fracassos em vários países (Estados Unidos, Inglaterra, Chile e até mesmo em países que o assumiram no Leste Europeu após a crise do socialismo real).

Já em 2002 Wallerstein (2002, p. 15) escrevia:

Ficou para trás o tempo dos ideólogos liberais arrogantemente autoconfiantes. Os conservadores ressurgiram, após uma auto humilhação que durou 150 anos, propondo um egoísmo impiedoso, mascarado por carolices e misticismo, como substituto ideológico. Mas essa conversa não cola. Os conservadores costumam ser presunçosos quando dominam e muito raivosos e vingativos quando ficam expostos, ou mesmo quando apenas se acham seriamente ameaçados.

É isso que enfrentaremos. Quanto tempo estaremos sob a égide desta coalisão de conservadores e neoliberais – ambos autoritários – que ascendem agora ao governo federal no Brasil, dependerá também da vitalidade destas propostas no cenário mundial⁸. Como mérito dos governos do PT está o fato de terem pelo menos retardado, após a tentativa de Fernando Henrique Cardoso, a ascensão desta política no Brasil. E se Bresser-Pereira e Wallerstein estão certos quanto ao seu atual esgotamento, isso não é pouco. Nestes últimos treze anos a agenda multicultural e progressista conseguiu avanços importantes que



contarão na própria intensidade da resistência a ser dada. É fundamental, portanto, que os atores destas agendas estejam juntos, atuando em várias frentes.

Estas ideias neoliberais rondaram a ditadura militar na figura de Roberto Campos, mas não encontraram terreno fértil para seu pleno desenvolvimento. Depois retornaram com Collor, mas novamente foram interrompidas, reaparecendo com mais vigor com Fernando Henrique Cardoso. Mas, mesmo com este último, elas foram amenizadas pela presença no governo dos sociais democratas – Bresser Pereira à frente – que criaram um ambiente híbrido misturando-se aos neoliberais. Como Bresser-Pereira saiu do governo Fernando Henrique Cardoso, penso que os neoliberais que ficaram poderiam ter avançado caso não tivessem perdido as eleições para a coalisão do PT em 2002.

Examinando as dificuldades enfrentadas pela coalisão do PT, Berringer (2015) propõe que as alterações ocorridas têm suas razões em fenômenos socioeconômicos acumulados ao longo dos últimos 20 anos e que envolveram duas grandes correntes: por um lado, o neodesenvolvimentismo reunido em torno das classes empresariais nacionais, assustadas com as reformas do ciclo neoliberal de Fernando Henrique Cardoso que se aglutinaram no apoio a Lula; por outro, o neoliberalismo remanescente da era FHC de forte tendência entreguista e submissa ao capital internacional. A partir de 2014, pressionada pelos poucos resultados econômicos e pela crise internacional, as classes empresariais nacionais desfazem esta aliança com os neodesenvolvimentistas e retomam a articulação com os neoliberais, rompida na era FHC.

O grau de alinhamento e subserviência deste novo liberalismo é explicitado por Dowbor:

Wolfgang Streeck traz uma interessante sistematização desta captura do poder público no nível dos próprios governos. Por meio do endividamento do Estado e dos outros mecanismos vistos acima, gera-se um processo em que o governo, cada vez mais, tem de prestar contas ao ‘mercado’, virando as costas para a cidadania. Com isto, passa a dominar, para a sobrevivência de um governo, não quanto está respondendo aos interesses da população que o elegeu, e sim se o mercado, ou seja, essencialmente os interesses financeiros, se sentem suficientemente satisfeitos para declará-lo ‘confiável’. De certa forma, em vez de república, ou seja, res publica, passamos a ter uma res mercatori, coisa do mercado. (DOWBOR, 2016, p. 1).

Como cenário geral produzido por tais políticas, devemos registrar, em primeiro lugar, a ênfase mercantil e concorrencial que atinge todas os aspectos da vida, transformando direitos sociais em “serviços” a serem adquiridos, além de transformar cada indivíduo em um “vendedor de si mesmo” em um livre mercado. (CHAUI, 2017; 2018). Por este caminho, desenvolve-se um imaginário social legitimador de um individualismo violento (mascarado de empreendedorismo) que lança a juventude em um vácuo social, onde conta apenas o presente, a “luta pela sua própria sobrevivência”.




Neste caminho, o indivíduo cria para si uma narrativa na qual se vê como parte do mercado e, portanto, competindo com seus semelhantes pelo seu próprio sucesso, que só dependeria dele mesmo. Empurrado pelas alterações nas regras das relações trabalhistas, o livre mercado passa a ser a única possibilidade de que ele exercite a sua “liberdade” de ser bem-sucedido – em confronto com seus semelhantes - sem interferências do Estado (e dos sindicatos). Ao eliminar direitos sociais, transformando-os em “serviços a serem adquiridos”, o neoliberalismo derruba a proteção social, a qual tornou o trabalhador mais exigente (e mais caro) frente ao empresário – exatamente por contar com proteção social do Estado (p. ex. saúde, educação, previdência, leis trabalhistas). Desprotegido, o trabalhador acaba por ser obrigado a aceitar as imposições do mercado.

O mais grave é que este caminho não dará respostas satisfatórias à crise atual e nem desenvolvimento estável a médio prazo, mesmo que nos primeiros momentos possa ser bem-sucedido. Ao contrário, como ocorreu no Chile, aumentará a segregação social. Como reagirão aqueles que depositaram sua confiança na coalisão de Bolsonaro? Aumentando o autoritarismo?

Para Wallerstein, o que temos pela frente é um período de conflitos e incertezas em escala mundial produto do esgotamento das filosofias sociais exercitadas nos dois últimos séculos. Como indicamos antes, sua tese coloca no centro o esgotamento da filosofia social liberal, o liberalismo (em seus dois ciclos: clássico e neoliberal):

A verdadeira significação do colapso dos comunismos é o colapso final do liberalismo como ideologia hegemônica. Sem um pouco de fé na sua promessa, o sistema internacional capitalista não pode contar com legitimidade duradoura. Os últimos a acreditarem seriamente na promessa do liberalismo foram os partidos comunistas ortodoxos do antigo bloco comunista. Como eles não estão mais aí para defender essa promessa, as classes dominantes do mundo perderam toda e qualquer possibilidade de controlar as classes trabalhadoras, a não ser pela força. O consentimento acabou, e acabou porque o suborno acabara. Mas pelo menos desde Maquiavel sabemos que a força não basta para as estruturas políticas sobreviverem muito tempo. (WALLERSTEIN, 2002, p. 245).

O liberalismo clássico, em um ato de desespero, foi ressuscitado como liberalismo econômico radical abrindo mão de princípios básicos. Isso inclui atacar a democracia liberal por dentro, usando o espaço democrático para estabelecer o livre mercado como determinação constitucional e fora do alcance das pressões dos movimentos sociais, seguindo J. Buchanan. Esta forma de operar foi denunciada por Fukuyama (2018):

 [...] líderes populistas nacionalistas usam esse terceiro pilar [eleições livres] para chegar ao poder e, a partir de dentro, corroer os outros dois [um Estado que concentra poder e o utiliza pelo bem dos cidadãos; a igualdade de todos perante a lei]. Ou seja, a legitimidade do processo democrático transforma-se em arma contra a própria democracia.



Durante as eleições brasileiras de 2018, no Chile se temia pela possibilidade de Bolsonaro virar presidente do Brasil. A manchete do jornal “La segunda” estampava: “Alarme liberal contra Bolsonaro”. Na matéria podia se ler a fala de Lucia Santa Cruz:

Incomoda-me muito que uma boa política econômica fique em mãos de pessoas que concebem o liberalismo de forma muito limitada. As posições não econômicas de Bolsonaro atentam contra todos os princípios fundamentais do liberalismo. (CRUZ, 2018, p. 12).

Entre eles eram arrolados: igualdade ante a lei, respeito, tolerância, democracia, direitos humanos. Eis aí o alerta do liberalismo chileno para a liberalismo brasileiro.

Provavelmente o que nos choca, agora, é a defesa explícita e aberta das teses do liberalismo econômico autoritário em associação com o conservadorismo, de maneira organizada e militante, formando uma frente jurídica, parlamentar e midiática em defesa delas e que não hesita em fazer uso de recursos jurídicos ilícitos (“lawfare”) contra quem considere ser seu inimigo. A insegurança jurídica torna-se mecanismo de censura e ameaça difusa, perpassando toda a sociedade, em um processo crescente de “judicialização” da vida social, em substituição à própria política. (CHAUI, 2018).

Além do “lawfare”, a atuação destas forças inclui: limitar ou dificultar o voto do cidadão, ou pelo seu oposto, facilitar para que o cidadão não se manifeste nas eleições (voto não obrigatório, por exemplo); impedir os processos de organização social dos mais desfavorecidos; não transferir impostos para os menos favorecidos e barrar os processos de redistribuição de renda; destruir a organização dos trabalhadores, a atuação dos sindicatos e confederações; destruir a atuação e organização dos movimentos que lutam pelos direitos humanos; atuar contra os imigrantes e contra ações de preservação do meio ambiente; desregulamentar a atuação das corporações; privatizar tudo que for possível; propor formas de proteção constitucional quase que irrevogáveis, que evitem o impacto de eventuais decisões contrárias ao livre mercado, entre outras. Tudo isso em alto e bom som. (FREITAS, 2018).

Os liberais brasileiros já se complicaram muito quando colocaram em prática um plano golpista o qual começou quando perderam as eleições em 2014, levou ao golpe de 2016 e liberou a operação lava-jato para o “lawfare” que atingiria a todos no momento seguinte e permitiria o crescimento de Bolsonaro. Um belo tiro no pé, pois Bolsonaro derrotou não só a esquerda, mas também a própria direita liberal clássica, colocando o liberalismo econômico autoritário em primeiro plano, ao lado do conservadorismo.

Temos, portanto, a nosso favor, uma contradição entre os próprios liberais (clássicos versus neoliberais) que tende a se agravar, se não souberem colocar limites ao próprio liberalismo professado por Paulo Guedes. Além disso, temos ainda as contradições entre o próprio conservadorismo e o liberalismo que também vão se fazer sentir. Um exemplo disso é o projeto Escola sem Partido – apoiado pelos conservadores, mas que não



empolga o liberalismo, que o considera desnecessário. (Cf. Folha de São Paulo (Editorial), 2018 e no Jornal Estado de São Paulo, artigo de Kuntz, 2018).

REPERCUSSÕES PARA A EDUCAÇÃO

No caso da educação, a primeira tentativa liberal, durante a montagem do governo Bolsonaro, foi colocar Mozart Ramos no Ministério da Educação. Mas a batalha na educação foi perdida para o conservadorismo de Velez Rodriguez. Apesar disso, a disputa tende a continuar. (CANTANHEDE, 2018). Isso revela quanto os conservadores desconfiam da capacidade dos liberais para “disciplinar” os costumes e a moral da juventude.

No entanto, para Kuntz, em artigo do Jornal O Estado de São Paulo, o novo governo Bolsonaro deveria se preocupar menos com o Escola sem Partido e mais com o seguinte: 1) Os alunos precisam melhorar no PISA; 2) O ensino (fundamental e médio) está em más condições?; 3) É preciso adaptar o ensino “[...] às condições impostas (sim, impostas) pela chamada revolução 4.0”; 4) Os professores devem ser preparados para formar alunos capazes de “[...] atuar com sucesso na economia do século 21”; e 5) É preciso verificar como as “[...] experiências bem-sucedidas no exterior poderiam proporcionar elementos a um programa de modernização educacional.” (KUNTZ, 2018).

Este é o programa do liberalismo para a educação e que implica em transformar a posição de Bolsonaro em uma direita palatável onde o peso do movimento “escola sem partido” seja diluído e se coloque como objetivo a reforma empresarial da educação (com vouchers e escolas charters ((FRIEDMAN, 1955), como pede o PSL – Partido Social Liberal, legenda de aluguel de Bolsonaro).

Neste quadro em que já vivenciamos uma democracia aprisionada (MACLEAN, 2017), é natural que também a escola pública seja disputada e aprisionada para ser colocada a serviço do liberalismo econômico de Paulo Guedes. Por este caminho, ela será posta na trilha da privatização e como tal, deixará de ser um risco do ponto de vista ideológico, já que estará sob comando dos empresários da educação. Quem precisará, então, do Escola sem Partido?

Para a direita liberal o que importa é a economia e Paulo Guedes é a sua ancoragem, não devendo ser atrapalhado com bravatas do conservadorismo autoritário. Por mais que seja importante combatermos o movimento escola sem partido, seria um erro nos concentrarmos exclusivamente neste objetivo, deixando de lado a luta contra a privatização da educação – inclusive porque a agenda conservadora não se esgota no projeto da Escola sem Partido. A questão, agora, não é apenas o que se fará dentro da escola pública, mas se teremos escola pública no futuro. Penso, portanto, que a privatização é que deve ocupar lugar central na agenda da resistência. Por isso, afirmo antes que dentre os três núcleos do



governo Bolsonaro (conservador, neoliberal e autoritário) os dois últimos são os determinantes.

O neoliberalismo desenvolveu uma abordagem para a reforma da educação que chamamos de “reforma empresarial da educação”. (RAVITCH, 2011; FREITAS, 2018). Seguindo a visão da importância radical do livre mercado, o neoliberalismo entende que a qualidade da educação somente pode melhorar se o governo é retirado da administração da educação e a atividade é lançada ao mercado, onde professores, estudantes e escolas, concorrendo entre si, aprimoram a educação e geram mais qualidade. O foco de atuação destas políticas é a destruição do sistema público de educação e sua inserção em um mercado operado por empresas privadas, organizações sociais e entidades religiosas. (FRIEDMAN, 1955).

Nesta proposta, a escola deixa de ser uma instituição social e passa a ser vista como uma microempresa que opera nos mesmos moldes da organização empresarial. O neoliberalismo sabe que a estrutura e a organização do trabalho escolar – não só o trabalho na sala de aula – ensina. Quer a escola à imagem e semelhança de uma empresa: padronizada e ensinando competências e habilidades predeterminadas, responsabilizando-se pelos resultados.

A retirada da escola das mãos do Estado é importante pois coloca o controle político e ideológico desta atividade nas mãos de empresários confiáveis e dificulta que as ações de movimentos sociais organizados abram a escola para a vida, para as contradições sociais. Contradições levam a lutas.

Se para prolongar sua vida o liberalismo (e sua forma econômica capitalista) precisou aprisionar a democracia, igualmente necessita, agora, aprisionar a própria escola para que ela não seja um polo de liberdade e incitação à transformação social. Ela deve ser converter em mera produtora e legitimadora de “méritos”. Nesta agenda de contenção há lugar também para a agenda conservadora, desde que ela permita o alinhamento da escola com as necessidades da revolução 4.0, essencial para o neoliberalismo e para a preservação de suas taxas de acumulação.

Do que sabemos desta abordagem proposta pela reforma empresarial da educação devemos esperar um agravamento da segregação social e escolar, uma piora no ambiente escolar com graves repercussões para a formação da juventude. (FREITAS, 2018).

PARA ALÉM DA RESISTÊNCIA

Libertar a escola da agenda conservadora é importante, mas mais importante ainda é impedir que a escola seja aprisionada pela lógica do livre mercado e alinhada com a formação de uma juventude “empreendedora” violenta, voltada unicamente para seu “sucesso pessoal” pelo acúmulo de mérito, inserida em um darwinismo social que premia



os sobreviventes – *base para um projeto histórico neofacista que disputará a hegemonia no vácuo deixado pela frustração do liberalismo*. As classes médias, frustradas com o fracasso das promessas liberais (e adjacentes) que agora são capturadas pelo governo Bolsonaro, serão presas fáceis deste projeto e arrastarão outras, quando ele também naufragar.

A traição liberal à própria democracia liberal, pode ser o primeiro passo para construir um projeto histórico de manutenção do capitalismo sob bases ditatoriais e fascistas, apoiado na concepção da “destruição criativa”. (KLEIN, 2008). Isso certamente não trará a estabilidade que se almeja, mas postergaria aquilo que parece emergir como um consenso da análise do próprio *esgotamento do liberalismo*, descrito por Wallerstein (2002, p. 170):

Nada poderemos fazer para superar o caos atual se não concordarmos em que a única saída viável é um sistema histórico relativamente igualitário e plenamente democrático. Devemos avançar concretamente de modo ativo e já, em várias frentes.

Como advoga Wallerstein (2017), a construção deste projeto tem que ser vista como uma “luta de classes” entre a esquerda global (maioria) e a direita global (minoria) e quanto mais tardarmos em aceitar este fato, mais difícil será avançarmos neste projeto.

Em nossa opinião, este projeto histórico precisa ser construído na prática, aproveitando as experiências de construção e luta já desenvolvidas nos últimos dois séculos. *Das propostas já criadas, a única que radicalmente se aproxima desta concepção é o socialismo – apenas parcialmente testado*. Talvez esteja na hora de um segundo ciclo de socialismo que emergja livre dos problemas apresentados pelas experiências do socialismo real, ou seja, *um socialismo liberto das influências do liberalismo*.

Resistir é uma necessidade, mas temos que colocar como horizonte muito mais do que apenas o retorno às regras do jogo da democracia liberal representativa. Sem ela, seremos silenciados e massacrados. Mas, só com ela, retornaremos a um passado que já demonstrou ser insuficiente, à espera de mais crises.

É fundamental defender a democracia liberal como patamar mínimo de civilidade, mas é igualmente necessário superá-la em direção à construção de uma democracia socialista, uma democracia dos trabalhadores. O esgotamento do liberalismo vitimou a democracia liberal e deixou as próximas décadas abertas à construção de um novo sistema histórico que pode ser pior ou melhor do que ele. Cabe a nós resistirmos propositivamente em direção a uma democracia de tipo superior.

No campo da educação, um novo sistema histórico demandará igualmente um novo projeto educativo. Para esta construção, teremos que nos aproveitar das lutas e formulações contemporâneas dos educadores progressistas (em seu amplo sentido anti-sistêmico), sem perder de vista, no entanto, a incorporação crítica da maior experiência educativa



radicalmente já tentada no âmbito do socialismo real: os anos iniciais da revolução russa (1917-1929). Neste projeto, tanto a organização do trabalho pedagógico com o estudante, como a organização do trabalho da escola deverão estar fortemente ancorados em uma proposta de democracia de tipo superior. Mas essa tarefa exigirá que redefinamos as finalidades da nova organização social que buscamos, já que sem isso não conseguiremos redefinir as finalidades da nova educação que lhe deve corresponder. Como adverte Miguel Arroyo, teremos que redefinir a matriz do que consideramos “humano” e “não humano”, ou não teremos uma propositura plenamente democrática e inclusiva.



Se estamos em plena luta pelo desenvolvimento de um novo sistema histórico, então devemos radicalizar nossas concepções de sociedade durante o período de resistência que se abre, tornando-o propositivo – até para que seu resultado não seja um sistema histórico ainda pior do que o próprio liberalismo que já se vai. O futuro está em aberto. Vamos devolver ao baú da História estas velharias que as elites brasileiras atrasadas querem apresentar como inovações promissoras de desenvolvimento social e econômico e criar uma democracia de tipo superior.

Ainda é cedo para conclusões, mas não podemos deixar de nos arriscar nas formulações, pois armar a resistência depende de que nos situemos neste novo cenário. É melhor nos mexermos, mesmo que precária e arriscadamente, do que ficarmos parados, pois nesta condição seremos alvos fáceis.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, N. Após o neoliberalismo. **Folha de São Paulo**. 12 de outubro de 2018. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/nelson-barbosa/2018/10/depois-do-neoliberalismo.shtml?loggedpaywall>>. Acesso em: 16 dez. 2018.

BERRINGER, T. **A burguesia brasileira e a política externa nos governos FHC e Lula**. Curitiba: Appris, 2015.

BRESSER-PEREIRA, L. C. The two forms of capitalism: developmentalism and economic liberalism. **Brazilian Journal of Political Economy**, n. 37, v. 4, p. 680-703, 2017. Disponível em: <<http://www.bresserpereira.org.br/papers/2017/347-two-forms-capitalism.pdf>>. Acesso em: 20 ago. 2018.

CANTANHEDE, E. Sujeito (não tão) oculto. **Jornal O Estado de São Paulo**. 25 de novembro de 2018. Disponível em: <<https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,sujeito-nao-tao-oculto,70002620968>>. Acesso em: 16 dez. 2018.

CASIMIRO, F. H. (2016). **A nova direita no Brasil**. 2016. Tese (Doutorado) – Universidade Federal Fluminense, 2016. Disponível em: <<http://www.historia.uff.br/stricto/td/1905.pdf>>. Acesso em: 3 ago. 2018.,



CASTELLS, M. 11 perguntas para Castells. **Revista Época**, 2018. Disponível em: <<https://resenhapalacio.blogspot.com/2018/06/11-perguntas-para-manuel-castells.html>>. Acesso em: 3 ago. 2018.

CHAUI, M. O retrato de uma catástrofe. **Jornalistas Livres**, 2017. Disponível em: <https://m.facebook.com/story.php?story_fbid=475162479274301&id=292074710916413>. Acesso em: 10 set. 2018.

CHAUI, M. **Seminário internacional ameaças à democracia e à ordem multipolar**. Fundação Perseu Abramo, 2018. Disponível em: <<https://youtu.be/qddvzsu2avu>>. Acesso em: 10 set. 2018.

CRUZ, L. S. Alarme liberal contra Bolsonaro. **Jornal La Segunda**. 19 out. 2018. Disponível em: <<http://impresa.lasegunda.com/2018/10/19/A>>. Acesso em: 18 dez. 2018.

DOWBOR, L. **Como as corporações cercam a democracia**. 2016. Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/noticias/556839-como-as-corporacoes-cercam-a-democracia-artigo-de-ladislau-dowbor>>. Acesso em: 26 jun. 2016.

EDITORIAL. Escola com evidências. **Folha De São Paulo**, 16 dez. 2018. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/opiniaio/2018/12/escola-com-evidencias.shtml?utm_source=folha&utm_medium=site&utm_campaign=topicos?cmpid=topicos?loggedpaywall>. Acesso em: 18 dez. 2018.

FREITAS, L. C. **Uma pós-modernidade de libertação**. Reconstruindo as esperanças. Campinas: Autores Associados, 2005.

FREITAS, L. C. **A reforma empresarial da educação: nova direita, velhas ideias**. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

FRIEDMAN, M. The role of government in education. (R. A. Solo, Ed.) **Economics and the Public Interest**, p. 123-144, 1955. Disponível em: <<http://la.utexas.edu/users/hcleaver/330t/350kpeefriedmanroleofgovtable.pdf>>. Acesso em: 3 ago. 2018.

FUKUYAMA, F. Bolsonaro é uma ameaça à democracia diz Francis Fukuyama. **Folha de São Paulo**. 22 de abril de 2018. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2018/04/bolsonaro-e-uma-ameaca-a-democracia-diz-francis-fukuyama.shtml>>. Acesso em: 16 dez. 2018.

GAMBLE, A. **The free economy and the strong state: the politics of thatcherism**. Durham: Duke University Press, 1988.

GIROUX, H. A. **Trump's neo-nazis and the rise of illiberal democracy**. Truthout, 2017. Disponível em: <<https://truthout.org/articles/neo-nazis-in-charlottesville-and-the-rise-of-illiberal-democracy/>>. Acesso em: 3 ago. 2018.



HALIFA-LEGRAND, S. 'Nossa única chance de sobreviver é preservar a democracia liberal', diz filósofa húngara Ágnes Heller. **O Globo**. 15 de dezembro de 2018. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/mundo/nossa-unica-chance-de-sobreviver-preservar-democracia-liberal-diz-filosofa-hungara-agnes-heller-23307441>>. Acesso em: 17 dez. 2018.

HARVEY, D. **A brief history of neoliberalism**. Oxford: OUP, 2007.

HAYEK, F. **O caminho da servidão**. São Paulo: Instituto Ludwig Von Mises do Brasil, 2010.

KLEIN, N. **The shock doctrine: the rise of disaster capitalism**. New York: Picador, 2008.

KUNTZ, R. O desafio da educação e as fixações de Bolsonaro. **Jornal Estado de São Paulo**. 25 de novembro de 2018. Disponível em: <<https://opinioao.estadao.com.br/noticias/geral,o-desafio-da-educacao-e-as-fixacoes-de-bolsonaro,70002620247>>. Acesso em: 16 dez. 2018.

MACLEAN, N. **Democracy in chains: the deep of the radical right's stealth plan for America**. New York: Penguin, 2017.

MISES, L. V. **El socialismo: análisis sociológico e economico**. Union Editorial, 2009.

MISES, L. V. **Liberalismo**. São Paulo: Instituto Ludwig Von Mises do Brasil, 2010.

MONBIOT, G. A despot in disguise: one man's mission top to rip up democracy. **The Guardian**, 2017. Disponível em: <<https://www.theguardian.com/commentisfree/2017/jul/19/despot-disguise-democracy-james-mcgill-buchanan-totalitarian-capitalism>>. Acesso em: 3 ago. 2018.

RAVITCH, D. **Vida e morte do grande sistema escolar americano: como os testes padronizados e o modelo de mercado ameaçam a educação**. Porto Alegre: Sulina, 2011.

SELWYN, B. Friedrich hayek: in defence of dictatorship. **Open Democracy**, 2015. Disponível em: <<https://www.opendemocracy.net/benjamin-selwyn/friedrich-hayek-dictatorship>>. Acesso em: 3 ago. 2018.

WALLERSTEIN, I. **Após o liberalismo**. Petropolis: Vozes, 2002.

WALLERSTEIN, I. **Global left vs. global right: from 1945 to today**. 15 de maio de 2017. Disponível em: <<https://www.iwallerstein.com/global-left-vs-global-right-from-1945-to-today/>>. Acesso em: 18 dez. 2018.

Notas

¹ Professor Titular (aposentado) da Faculdade de Educação da UNICAMP.



² Sobre este autor e suas pesquisas escrevi o livro “Uma Pós-modernidade de libertação: reconstruindo as esperanças”, impresso em 2005 pela editora Autores Associados.

³ Note-se o que está acontecendo com o PSDB.

⁴ Segundo Castells (2018), os irmãos Koch também financiam o MBL – Movimento Brasil Livre – no Brasil.

⁵ O livro de MacLean (Democracy in chains) descreve o desenvolvimento do braço político do neoliberalismo, construído com base na atuação discreta de James Buchanan (falecido em 2013) em seu “Center for Study of Public Choice”, financiado pelos irmãos Charles Koch e David Koch, do setor petroquímico americano. Tinha como objetivo treinar uma nova geração de pensadores para lutar pelo livre mercado e pela retomada do liberalismo clássico, em contraposição às ameaças da planificação da economia postas pela socialdemocracia e pelo socialismo. O objetivo era organizar uma agenda e impulsionar discretamente um movimento político que formasse novas lideranças em postos chaves de comando.

⁶ Cf. https://pt.wikipedia.org/wiki/Friedrich_Hayek#Hayek_no_Brasil. Acessado em 3 de agosto de 2018.

⁷ Cf. https://pt.wikipedia.org/wiki/Sociedade_Mont_Pèlerin. Acessado em 3 de agosto de 2018.

⁸ Por exemplo, quais as consequências para nós de uma eventual não reeleição de Trump nos Estados Unidos? Quais as consequências de uma nova crise internacional da financeirização?

Submetido em: 20/12/2018

Aprovado em: 20/12/2018

Publicado em: 21/12/2018